



**LIGA DE ENSINO DO RIO GRANDE DO NORTE
FACULDADE NATALENSE PARA O DESENVOLVIMENTO DO
RIO GRANDE DO NORTE**

**A IMPORTÂNCIA DA IMPLANTAÇÃO DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA NAS
ESCOLAS.**

ALINNE POMPEU CUNHA DE QUEIROS

**NATAL
2008**

ALINNE POMPEU CUNHA DE QUEIROS

**A IMPORTÂNCIA DA IMPLANTAÇÃO DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA NAS
ESCOLAS.**

**Monografia do Curso de Especialização
de MBA em Administração Financeira da
Faculdade Natalense para o
Desenvolvimento do Rio Grande do Norte
como requisito obrigatório para obtenção
do grau de Especialista em Gestão
Financeira.**

**Orientador: Carlos Alberto Pereira Leite
Filho, MsC.**

Catálogo na Publicação – Biblioteca da FARN
Setor de Processos Técnicos

Queiros, Alinne Pompeu Cunha de

A importância da educação financeira nas escolas para o desenvolvimento da sociedade brasileira / Alinne Pompeu Cunha de Queiros. – Natal: FARN, 2008.

48 f.

Orientador: Prof. Carlos Alberto Pereira Leite Filho (MSc)

Monografia (Especialização MBA em Administração Financeira) – Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte.

1. Educação Financeira – Monografia. 2. Cultura Financeira – Monografia. 3. Economia no Brasil – Monografia. 4. Desenvolvimento do Dinheiro – Monografia. I. Título.

RN/FARN/BC

CDU 37:336

RB: 31.699

FARN
BIBLIOTECA

Nº Reg. M001030

46 / 12 / 08

37:336

Q41i

2008

2x.01

NATAL
6002

ALINNE POMPEU CUNHA DE QUEIROS

**A IMPORTÂNCIA DA IMPLANTAÇÃO DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA NAS
ESCOLAS.**

Monografia apresentada ao Curso de Especialista em Gestão Financeira da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte, aprovada em 09 de NOVEMBRO de 2008, pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof. Carlos Alberto Pereira Leite Filho, MsC
Orientador

Prof.

Prof.



Dedico o presente trabalho, na íntegra, aos meus pais Romildo e Rejane, aos meus irmãos Lilson e Laísa, à minha filha Ariel, ao meu noivo Marcos e aos meus amigos.

RESUMO

O trabalho propõe mostrar a importância da implantação da educação financeira nas escolas brasileiras, e os benefícios que esta implantação traria a médio e longo prazo para o desenvolvimento do país e de sua sociedade. Através de tabelas, quadros e uma discussão feita colocando a opinião de alguns autores que tratam do tema, o trabalho busca, mostrando a importância do dinheiro na história das sociedades e seu desenvolvimento contínuo, comprovar que pode ser desastroso a aplicação e o manejo do dinheiro sem um devido cuidado ou noções mínimas na área financeira. E que só através de um aprimorado conhecimento no campo das finanças é que uma sociedade ou mesmo uma simples família pode obter êxito na lida com seus rendimentos.

Palavras-chave: Educação Financeira. Consumo e Desenvolvimento.

ABSTRACT

This job suggests the importance of implementation of financial education in Brazilian schools, and the benefits that this deployment would bring in medium and long term for the development of the country and its society. Through tables, charts and a discussion made by the opinion of some authors who deal with the issue, the job search, showing the importance of money in the society's history and its ongoing development, which may prove to be disastrous implementation and management of money without a minimum due care or concepts in the financial area. And only through an enhanced understanding in finance area is that a society or even a simple family can achieve success in dealing with their income.

Key-words: Financial Education. Consumption and Development.

SUMÁRIO

1 PARTE INTRODUTÓRIA	07
1.1 Apresentação e Problema de Pesquisa	07
1.2 Objetivos da Pesquisa	08
1.2.1 Geral	08
1.2.2 Específicos	08
1.3 Justificativa do Estudo	09
2 REFERENCIAL TEÓRICO	10
2.1 Origem e Desenvolvimento do Dinheiro	12
2.2 Um Breve Histórico Econômico do Brasil	15
2.3 Contexto da Educação Financeira na Sociedade Brasileira	18
2.4 Cultura Financeira Brasileira	21
2.5 Educação Financeira na Prática	24
2.5.1 Educação Financeira Internacional	26
2.5.2 Educação Financeira e a OCDE	31
2.5.3 Definição, Princípios e Recomendações da Educação Financeira	32
2.6 Problemas Decorrentes da Falta de Educação Financeira	33
2.7 Educação Financeira no Brasil	34
2.8 Dificuldades na Administração de Finanças Pessoais	37
2.9 O Poder de Compra e as Decisões de Consumo	42
3 METODOLOGIA	43
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	44
REFERÊNCIAS	47

1 PARTE INTRODUTÓRIA

1.1 Apresentação e Problema de Pesquisa

O presente trabalho pretende fazer uma análise que ressalta a importância da implantação de uma disciplina de finanças no ensino fundamental, indicando até onde essa abordagem pode influenciar no desenvolvimento individual e coletivo, e expondo o impacto que pode causar estes benefícios.

Segundo D'Aquino (2008), a Educação Financeira nos países desenvolvidos tradicionalmente cabe às famílias. Às escolas fica reservada a função de reforçar a formação que o aluno adquire em casa.

Já no Brasil, a Educação Financeira não é parte do mundo educacional familiar, nem tampouco escolar.

Por não ser dada a devida importância a esse tema, a criança ou o jovem não aprende a lidar com dinheiro nem em casa, nem na escola. Portanto, as consequências deste fato tornam-se decisivas para uma vida futura de oscilações econômicas, gerando graves repercussões tanto na vida do cidadão, quanto na do país.

Para a educação, o grande desafio não é educar para hoje, mas educar para que os resultados possam surgir num longo prazo. Atualmente, ocorrem transformações tão abruptas e complexas, que é necessário um grande esforço para educar os jovens não para este mercado de trabalho, tal como existe hoje, mas para um mercado posterior desconhecido. Desenvolver o espírito empreendedor e estimular modos inovadores de raciocínio, por exemplo, são ferramentas essenciais à preparação das crianças e jovens para o futuro.

Melhorar a educação financeira da população é indispensável para permitir que os consumidores façam escolhas inteligentes com seu dinheiro, o que acaba por gerar benefício para a economia como um todo.

Apesar da educação financeira, no que se refere a poupar dinheiro, ser uma tarefa dos pais, seria essencial que as escolas ensinassem essa teoria. Portanto, falta iniciativa do Poder Público quanto a este assunto, já que ter uma vida financeira equilibrada é a essência para um futuro digno e promissor de conquistas. E, ensinar

o jovem hoje a utilizar bem o dinheiro, lhe concederá as melhores condições de vida material e muito mais equilíbrio emocional futuramente.

Inserido neste contexto, surge o seguinte questionamento que é o problema alvo desta pesquisa: *“Qual é a importância de implantar a educação financeira nas escolas e que benefícios esta medida poderá trazer individual e coletivamente?”*

1.2 Objetivos da Pesquisa

1.2.1 Geral

Mostrar a importância de implantar a Educação Financeira nas escolas e que benefícios esta medida poderá trazer individual e coletivamente.

1.2.2 Específicos

- Apontar os benefícios que a implantação de uma disciplina sobre Educação Financeira nas escolas pode trazer para o indivíduo e para o restante da sociedade;
- Identificar os problemas decorrentes da falta de Educação Financeira enfatizando a cultura financeira brasileira;
- Sugerir ações que possam contribuir para o desenvolvimento de uma cultura de utilização das práticas financeiras no cotidiano da sociedade.

1.3 Justificativa do Estudo

O presente estudo tem algumas justificativas que merecem ser mencionadas.

A primeira razão que merece destaque deve-se ao fato de que o interesse da pesquisadora não se restringe tão somente em aprofundar os seus conhecimentos na área de finanças, e sim, de evidenciar a importância da implantação de uma disciplina de Educação Financeira nas escolas, para que os jovens possam adquirir uma visão aprimorada a respeito de finanças pessoais, mercado de ações e possibilidades de investimento, bem como seus benefícios.

Uma outra razão está relacionada ao fácil acesso à bibliografia, no que se refere às informações pertinentes ao assunto, também foi um dos fatores que contribuiu para o desenvolvimento da pesquisa.

Espera-se que com as análises colhidas, esta pesquisa possa contribuir para o melhoramento da percepção e comportamento financeiro dos jovens de hoje, para que, aos poucos, seja enraizada uma nova postura e consciência individual que venha acarretar em um crescente desempenho na economia como um todo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

De acordo com Boriola (2008), o dinheiro é um dos principais elementos da modernidade para a concretização de uma vida financeira saudável, trazendo a paz, a saúde e o crédito. Ele não é o objetivo final, mas o meio através do qual se pode suprir as necessidades básicas e realizar os desejos dos indivíduos. Todos aqueles que não aprenderam a administrar suas vidas financeiras pessoais enfrentam grandiosas dificuldades. É o que demonstra o dia-a-dia. Não é ensinado ao jovem a lidar com o dinheiro. Nas escolas ensinam matemática, química, biologia e física. Mas como administrar as finanças pessoais é uma coisa que não se aprende. A falta da disciplina “Educação Financeira nas Escolas” ou “alfabetização financeira” é um dos maiores motivos que geram as crises familiares, endividamentos e infelicidades.

O ser humano vive em um tempo em que é preciso cuidar bem do dinheiro, desenvolvendo o orçamento doméstico familiar e o planejamento das finanças pessoais.

De acordo com Boriola (2008), o orçamento é a atividade de prever as despesas e receitas mensais que, quando anotadas, ajudam a manter sobre elas um controle e ainda permite o acompanhamento dos resultados obtidos. Através do orçamento, verifica-se se há uma sobra para fazer aplicações ou não.

O Planejamento das finanças pessoais envolve uma reflexão sobre o passado, o presente e o futuro. Requer que metas com prazos e datas de execução sejam estabelecidos para que os objetivos e sonhos sejam devidamente realizados. É a trilha de um caminho que leva a uma “Vida Financeira Saudável”.

Para que haja uma abundância financeira, é preciso gastar menos do que se ganha e investir a diferença de forma inteligente, não colocando o dinheiro em qualquer fundo de investimentos sem que haja um conhecimento prévio do assunto. Se for feito um controle dos gastos mensais, é possível se colocar em prática um plano de aplicar todos os meses parte da renda. No futuro, existirá uma poupança que renderá o suficiente para se passar o mês ou para a realização de alguma meta. Isto implica em uma independência financeira, ou seja, quando passa-se a trabalhar por prazer, e não por necessidade.

Boriola (2008) acrescenta ainda que se a população passa a trabalhar mais, passa a ter mais dinheiro no bolso, impulsionando o comércio.

O principal fato em todo esse contexto surge assim que o dinheiro começa a circular. Os consumidores são influenciados por estratégias de marketing muito bem elaboradas, seduzidos por marcas e produtos, e a consequência é única – o consumo desenfreado. Em seguida, ocorre de a população ter mais facilidade em fazer uma compra parcelada, em pequenas prestações, por longos meses, sempre com enormes juros embutidos.

Um dos principais motivos para se ter taxas de juros tão altas quanto as praticadas é a quantidade de inadimplentes existentes no país. Isso ocorre basicamente pelo fato de o consumidor, principalmente o brasileiro, não saber lidar com seu dinheiro, de não planejar suas compras e gastar além do necessário.

Dessa forma, todo esse “não pagamento” é saldado nas taxas de juros estabelecidas para outros consumidores, que compram a prazo, mas não deixam de pagar nenhuma prestação.

Para que os juros caiam é preciso que a inadimplência diminua. Isso implica em um aumento nas compra à vista.

Segundo Savoia; Saito; Santana (2008), a educação financeira no Brasil se encontra em estágio de desenvolvimento inferior aos Estados Unidos e Reino Unido. No primeiro, o tema é adotado obrigatoriamente na grade de ensino de alguns estados, 72% dos bancos promovem programas de educação financeira, além de diversas organizações engajadas nesse processo. No Reino Unido, embora seja facultativa, há um forte envolvimento dos atores do processo, inclusive com a criação de um fundo, com o intuito de estimular a cultura de poupança. A explicação para essas diferenças entre o Brasil e os países citados está na compreensão de fatores históricos, culturais, bem como da responsabilidade das instituições no processo de educação financeira.

O extenso período de inflação comprometeu a capacidade de planejamento econômico-financeiro de longo prazo. Com a abertura econômica, no início dos anos 1990, e o processo de estabilização do Plano Real, o mercado financeiro nacional se transformou e criou novos instrumentos, aumentando a complexidade dos produtos oferecidos. Desse modo, os indivíduos e as famílias passaram a demandar maior conhecimento e informação atualizada, para tomarem as suas decisões financeiras de forma fundamentada e segura.

Apesar dessas mudanças, a educação financeira não foi agregada, de maneira oficial, nas grades curriculares e, nas universidades, não se constata uma

ação efetiva e duradoura. Tal realidade reflete uma atuação ainda insuficiente do MEC, no que tange à inserção do tema em todos os níveis de ensino.

Assim como no ensino, também não se verifica o desenvolvimento de programas de educação financeira nos bancos brasileiros. As iniciativas existentes são escassas e não atendem às demandas dos seus clientes. A regulação da matéria pelo Banco Central pode ser uma alternativa para solucionar tal deficiência.

Outros organismos ligados ao governo – CVM, Ministério da Fazenda, Secretaria da Receita Federal, Secretaria do Tesouro Nacional, Secretaria da Fazenda e secretarias de Educação dos estados – possuem projetos na área de educação financeira, mas ainda estão muito aquém do necessário para habilitar a população adulta sobre o tema.

No Brasil, há uma situação preocupante no âmbito da educação financeira, demandando urgência na inserção do tema em todas as esferas, ainda mais considerando a desequilibrada distribuição de renda desse país, onde representativa parte dos recursos produtivos é direcionada ao Estado, tornando imprescindível a excelência na gestão de recursos escassos por parte dos indivíduos e de suas famílias. Além de ser necessária uma coordenação maior de esforços e monitoramento das iniciativas do setor privado, o papel do setor público será de extrema importância para a propagação, fortalecimento e consolidação duradoura da educação financeira, sendo a participação das escolas e das universidades de grande relevância para o seu êxito.

2.1 Origem e desenvolvimento do dinheiro

Pode-se dizer que todas as relações comerciais envolvem a circulação monetária, das mais simples as mais complexas. Porém tem-se pouco conhecimento a respeito da origem do dinheiro e das vantagens que ele trouxe para o comércio e o desenvolvimento econômico mundial. É o que afirma Sousa; Torralvo (2008) que acrescenta que:

Não há consenso a respeito da origem exata do dinheiro, tem-se o conhecimento de que as primeiras moedas que se tem notícia foram cunhadas na Lídia, pequeno reino situado na península Anatólia, entre 640 e 630 a.C.. Mesmo não tendo, a Lídia e seus habitantes,

grande notoriedade histórica, a invenção deste instrumento de troca revolucionou as transações comerciais de todo o mundo e suas consequências podem ser sentidas até os dias atuais.

A moeda veio simplificar e resolver alguns entraves que o comércio feito através de escambo apresentava, como chegar a um acordo da medida de valor que uma mercadoria possuía frente a outra de um gênero diverso. Como se atingir um denominador comum quando a transação envolvia, por exemplo, alguns quilos de carne, para ser trocado por alguns litros de leite, a definição da equivalência entre gramas de carne e litros de leite se tornava impraticável. O dinheiro se torna então o denominador comum dentro das relações comerciais, pois poderia ser trocado por qualquer produto ou serviço. Poderia ainda ser guardado a parte que não era gasta para adquirir algo. Somado, isso, ao fato de que as primeiras moedas foram confeccionadas com metais de baixo poder reativo, ou seja, mais resistentes a ação do tempo, elas permitiram o acúmulo de riquezas.

No século XV, juntamente com o surgimento da imprensa, começou a ser produzido o papel-moeda, que dominou, com as tradicionais moedas, as transações comerciais no mundo até o início da década de 1970, época que ficou conhecida como *segunda era do dinheiro*, época que precede a invenção dos primeiros caixas eletrônicos. Máquina que podia oferecer dinheiro as pessoas fora do horário comercial. A partir daí pode ser visto o início da utilização de avançados recurso tecnológicos e de telecomunicação, principalmente na área de transmissão de dados para a melhoria da qualidade de produtos e serviços financeiros em geral.

Atualmente assiste-se a *terceira era do dinheiro*, que pode ser chamada também de *era do dinheiro eletrônico* ou *era do dinheiro invisível*, onde pode se realizar transações financeiras instantaneamente, como pagar contas, por exemplo, via rede mundial de computadores – internet –, aparelhos celulares e através de serviços de *bankfone*. Se tornou possível também, através destes meios, fazer investimentos e aplicações em Certificado de Depósito Bancário (CDB), cadernetas de poupança e várias categorias de fundos mútuos de investimento, fazer compras e vendas de ações nas diversas bolsas de valores do mundo, investir em instrumentos derivativos, *commodities* e mercados futuros. O dinheiro representado por notas e moedas se tornou obsoleto e é atualmente parte mínima do dinheiro que circula pelo mundo.

A terceira era do dinheiro também foi responsável pela criação do chamado de dinheiro de plástico, ou seja, cartões de crédito, de débito ou mesmo pré-pagos. Desde sua criação em meados da década de 1950 que o dinheiro de plástico vem tomando cada vez mais espaço do dinheiro comum em transações comerciais, principalmente por sua comodidade de uso e segurança. Para os consumidores ele traz diversos benefícios, como o pagamento de suas faturas dentro de 30 à 40 dias, opção de pagar a totalidade da conta ou uma parte, deixando o resto da dívida para os meses subseqüentes, a segurança de não necessitar portar e transportar grandes quantias de dinheiro e o fim do constrangimento causado pela verificação da procedência do cheque emitido e registros negativos em serviço de proteção ao crédito. Para os comerciantes, tem-se a grande vantagem de diminuir os riscos de inadimplência, que passa a ser atribuído as administradoras de cartão de crédito.

A tabela abaixo mostra a expansão do uso do cartão de crédito, em quantidade emitida, com relação ao valor e ao número de transações no Brasil nos últimos anos.

Tabela 1 - Evolução do uso de cartões de crédito e de cheques no Brasil							
Ano		Cartões de Crédito			Cheques		Valor R\$ bilhões
		Número de transações comerciais (A) Quantidade em milhões	Valor das transações (B) Valor R\$ bilhões	Valor médio (B)/(A) Valor Em R\$	Número de cartões Quantidade Em milhões	Total de Cheques Compensados em milhões	
2006	Janeiro	337	19,20	56,97	339	157,38	85,90
	Fevereiro	317	17,30	54,57	344	124,08	69,43
	Março	340	19,20	56,47	348	166,48	92,46
	Abril	334	19,30	54,79	351	133,33	74,68
	Maio	346	19,8	57,23	355	153,21	87,23
	Média/06	334,8	18,76	56,01	347,4	146,9	81,94
	Janeiro	378	22,00	58,20	382	141,96	86,70
2007	Fevereiro	359	20,50	57,10	3886	121,09	73,30
	Março	398	23,10	58,04	389	132,06	83,30
	Abril	384	22,30	58,07	392	128,40	80,90
	Maio	400	23,90	59,78	396	131,43	84,60
	Média/07	383,3	22,36	58,23	389	130,99	81,76
Variação: Média/07 Média/06		14,60%	19,2%	4%	12%	-10,8%	-0,2%

Fonte: Banco Central do Brasil (apud SOUSA; TORRALVO, 2008).

Enquanto o total de cheques compensados recuou 10,8% entre janeiro a maio de 2007, no mesmo período do ano anterior o número de transações com cartão de crédito avançou 14,6% e a quantidade de cartões emitidos registrou elevação de 12% no mesmo período. Na mesma base de comparação, o valor dos cheques compensados caiu 0,2%, enquanto o valor total das transações com cartões de crédito registrou a elevação de 19,2%, evidenciando a maior presença de tal meio de pagamento no dia-a-dia da população brasileira.

Outra grande novidade trazida pela era do dinheiro eletrônico diz respeito aos cartões de débito. Através dele é possível ter acesso a todos os serviços oferecidos pelos bancos e, inclusive, realizar compras e contratar serviços em operação semelhante a do cartão de crédito. A diferença está no fato de que as transações com cartão de débito implicam no débito imediato da conta corrente.

Devido à rapidez e profundidade das transformações trazidas pela era do dinheiro eletrônico, torna-se uma tarefa difícil a tentativa de prever a forma de dinheiro que será mais predominante na sociedade nos próximos anos. A tendência aponta para o uso cada vez menor do dinheiro em espécie, e o uso cada vez maior do dinheiro de plástico.

2.2 Um breve histórico econômico do Brasil

De acordo com Sousa; Torralvo (2008, p.29), a partir de 1950, a economia brasileira passou a registrar elevadas taxas de inflação. Desse período até meados de 1990, foram registradas variações anuais dos índices de preços superiores a 1.000%, refletindo o grande descontrole inflacionário que caracterizou a economia brasileira durante muitos anos.

Por volta de 1980, era comum que um produto encerrasse um dia sendo vendido a um preço superior ao praticado no início daquele mesmo dia.

Sousa; Torralvo (2008, p.29) ressaltam ainda que a origem e a persistência de altos índices de inflação no Brasil foram associadas por muitos economistas aos elevados déficits orçamentários do Governo, ou seja, as despesas de manutenção da máquina pública e de pagamento de juros da dívida e a realização de

investimentos eram superiores ao montante arrecadado por meio de impostos e contribuições. Gastava-se mais do que se arrecadava.

O Governo encontrava-se então em uma situação teoricamente desfavorável, pois se entende que não é prática saudável obter despesas maiores que receitas. Apesar disso, o Governo não estancava esse déficit e o transformava em superávit, pois se argumentava que o mesmo deveria fornecer infra-estrutura de energia, saneamento, e transporte como maneira de possibilitar que o setor privado produzisse bens e oferecesse serviços necessários à população, além de empregos, e de capacitá-lo para essas tarefas, mesmo que para isso fosse necessário gastar volume superior ao arrecadado. Assim, o déficit nas contas públicas seria tolerado por uma boa causa na medida em que o Governo gastava para abrir caminhos para o desenvolvimento, o que geraria mais emprego, renda e, em última análise, maior arrecadação de impostos.

Devido a essa política de manter o déficit público em favor de o desenvolvimento ter sido mantida por tantos anos, a maneira encontrada para estancar o déficit nas contas públicas foi o aumento da arrecadação por meio da elevação de impostos, mesmo contrariando expectativas da sociedade e enfrentando a impopularidade indesejável aos partidos políticos.

Além disso, recorriam-se também a outras medidas para financiamento do déficit público. O endividamento externo foi outra prática bastante utilizada durante alguns períodos, especialmente do transcorrer da década de 1970. Apesar de um alívio momentâneo aos cofres do Governo quando do ingresso dos recursos, o financiamento do déficit público por meio da dívida externa tornou o País progressivamente mais vulnerável aos movimentos do mercado financeiro internacional.

Um outro expediente adotado pelo Governo foi a emissão de papel-moeda. No entanto, a principal consequência dessa prática foi a elevação quase instantânea dos índices inflacionários. Com mais dinheiro em poder da população, havia mais demanda por bens e serviços indisponíveis, e o resultado natural era a elevação do nível geral de preços já realimentando o processo inflacionário.

Como modo de proteger os salários da elevada inflação, passou-se a adotar o chamado "gatilho salarial", medida caracterizada pelo aumento imediato dos salários quando a taxa da inflação superasse determinado patamar. Além dos salários, preços de aluguéis e de alguns contratos financeiros, impostos e preços de tarifas

públicas também passaram a ser reajustados de acordo com a taxa de inflação, o que tornou a economia altamente indexada, fechando um perigoso círculo vicioso.

A indexação da economia gerava outro complicador que os economistas chamavam de inflação inercial, que passou a ser apontada, a partir de meados da década de 1980, como principal motivo da alta descontrolada dos preços. Surgiram planos e mais planos econômicos procurando quebrar esse ciclo, e muitos deles tentaram fazê-lo mediante o congelamento de preços e salários. A prática de congelamento mostrou-se inadequada em todas as tentativas, visto que, às vésperas da implantação dos planos, os preços eram reajustados e o congelamento era feito, muitas vezes, fora do ponto de equilíbrio.

Havia ainda uma outra complicação com relação ao congelamento de preços finais ao consumidor, que era o fato de os componentes de grande parte das cadeias produtivas continuarem sendo reajustadas. Reflexo equivalente passou a ocorrer em toda a economia, resultando no aparecimento do “ágio” e do “mercado do paralelo” de comidas, bebidas e de outros artigos.

Diante desse quadro, percebeu-se que a demanda por certos artigos não cessava. Em consequência disso, o comércio desses produtos voltava a existir, ainda que de maneira considerada, na época, ilegal, uma vez que eram praticados preços acima do estipulado. Dessa forma, fechava-se o ciclo inflacionário e não restava opção ao Governo senão abortar o plano, permitir o descongelamento dos preços e assistir à nova escalada das taxas inflacionárias.

Apesar da adoção do “gatilho salarial”, a velocidade do aumento dos preços não era uniforme, e, com isso, alguns setores da sociedade acabavam sendo mais prejudicados, como é o caso dos assalariados, cujos reajustes de rendimentos nem sempre equivaliam à elevação média dos preços. Além disso, os trabalhadores assalariados deveriam esperar o prazo legal de reajuste de seus ordenados, enquanto os preços continuavam subindo, resultando em queda do poder aquisitivo. A camada da população com baixos salários era ainda mais afetada, visto que muitos dos componentes desse estrato social não possuíam excesso de recursos que pudesse ser aplicado em algum investimento financeiro, de modo a se protegerem da elevação de preços.

Em meados de 1994, o então ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso, coordenou a implantação do Plano Real, o primeiro a obter sucesso em muitos anos de tentativas fracassadas. Um dos principais avanços com relação aos

planos anteriores foi a atribuição da inflação a duas causas, que tinham sido combatidas separadamente até então: o déficit público e os mecanismos de indexação. Para combater o primeiro, foi criado um imposto chamado Imposto sobre Movimentação Financeira (IPMF), que mais tarde passou a se chamar Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), a qual colaborou para o equilíbrio das contas públicas, tanto que o adjetivo “provisório” assumiu a condição de “permanente”.

Já a indexação foi eliminada por meio da troca da moeda, inicialmente de cruzeiro real para Unidade de Referência de Valor (URV), e, posteriormente, para real. Com a estabilização do nível geral de preços, as taxas de consumo registraram forte elevação, enquanto a maior concorrência de produtos importados beneficiados com a paridade da taxa de câmbio entre o real e o dólar norte-americano, associada com o fim da indexação da economia, colaborava para o aumento da oferta interna e a contenção da elevação de preços.

Com isso, registrou-se elevação das taxas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) da economia brasileira, alimentando expectativas de novos investimentos, nova fase de desenvolvimento e de estabilidade econômica no país.

A estabilização de preços da economia permitiu aos intermediários financeiros a oferta de maiores volumes de crédito, por meio de diversos instrumentos de financiamento e empréstimo. Com a inflação sob controle, passou a ser viável, tanto para os tomadores de crédito como para bancos e financeiras, calcular taxas de juros prefixadas e acordar o pagamento dos empréstimos em parcelas fixas no ato da contratação. O uso do cartão de crédito tornou-se viável no novo cenário econômico com a possibilidade de crédito pré-aprovado e com a vantagem de parcelar ou até mesmo adiar o pagamento de produtos e serviços.

A partir daí, o volume de crédito no Brasil registrou forte expansão na medida em que a população percebia vantagens trazidas com a estabilidade dos preços internos. Vantagens essas relacionadas, atualmente, com a possibilidade da previsão, com mais exatidão, do valor do dinheiro futuro.

2.3 Contexto da Educação financeira na sociedade brasileira

Savoia; Saito; Santana (2008) explicam que na sociedade contemporânea, os indivíduos precisam dominar um conjunto amplo de propriedades formais que proporcione uma compreensão lógica e sem falhas das forças que influenciam o ambiente e as suas relações com os demais. O domínio de parte dessas propriedades é adquirido por meio da educação financeira, entendida como um processo de transmissão de conhecimento que permite o desenvolvimento de habilidades nos indivíduos, para que eles possam tomar decisões fundamentadas e seguras, melhorando o gerenciamento de suas finanças pessoais. Quando aprimoram tais capacidades, os indivíduos tornam-se mais integrados à sociedade e mais atuantes no âmbito financeiro, ampliando o seu bem-estar.

Mudanças tecnológicas, regulatórias e econômicas elevaram a complexidade dos serviços financeiros. Mas a insuficiência de conhecimento sobre o assunto, por parte da população, compromete as decisões financeiras cotidianas dos indivíduos e das famílias, produzindo resultados inferiores ao desejado. Na visão de Braunstein e Welch (2002 apud SAVOIA; SAITO; SANTANA, 2008):

Participantes informados ajudam a criar um mercado mais competitivo e eficiente. Consumidores conscientes demandam por produtos condizentes com suas necessidades financeiras de curto e longo prazo, exigindo que os provedores financeiros criem produtos com características que melhor correspondam a essas demandas.

A educação financeira tornou-se uma preocupação crescente em diversos países, gerando um aprofundamento nos estudos sobre o tema. Embora haja críticas quanto à abrangência dos programas e seus resultados, principalmente entre a população adulta, é inegável a importância do desenvolvimento de ações planejadas de habilitação da população.

Savoia; Saito; Santana (2008) acrescentam ainda que nas últimas duas décadas, três forças produziram mudanças fundamentais nas relações econômicas e sociopolíticas mundiais: a globalização, o desenvolvimento tecnológico e alterações regulatórias e institucionais de caráter neoliberal. Isso levou os países desenvolvidos a reduzirem o escopo e o dispêndio de seus programas de seguridade social, ou seja, houve o rompimento do paradigma paternalista do Estado.

A partir da década de 1990, o Estado brasileiro se transforma e efetua um conjunto de reformas de caráter neoliberal. Sob influência da globalização,

ocorreram alterações nas bases tecnológica, produtiva, financeira e educacional, promovendo a reorientação do papel do governo no provimento de serviços, bens e na proteção aos indivíduos, aí incluídos os seus aspectos sociais e regulatórios.

Outra força propulsora desse novo cenário foi a estabilização da moeda, acarretando a redução da inflação. Em um processo inflacionário, o curto-prazismo é a característica dominante nas decisões financeiras, levando os indivíduos a buscarem mecanismos de defesa do seu poder aquisitivo e do seu patrimônio. A escolha de ativos reais e a procura por liquidez tendem a tomar essas decisões imediatistas e a encurtar o horizonte de planejamento. Desse modo, passa-se a priorizar o consumo, deixando de se criar uma cultura de poupança de longo prazo.

Com a estabilidade, invertem-se as premissas e os prazos são ampliados progressivamente. Os ativos financeiros são valorizados em relação a imóveis, terras e outros bens reais. A transição para esse novo universo não acontece naturalmente, ou seja, é um longo aprendizado, por parte dos indivíduos e das famílias, sobre a nova ótica da gestão financeira de seu patrimônio pessoal.

Paralelamente, começa um processo de crescente transferência de responsabilidades aos indivíduos, até então sob a égide do Estado. A principal delas é a formação da poupança previdenciária, conforme disposto na Emenda Constitucional nº 5, de 1998, que estimula os planos de previdência complementar. Da mesma forma, decisões sobre o financiamento da casa própria, o consumo e o endividamento das famílias são alteradas em função desse cenário, com informações limitadas sobre os instrumentos financeiros à população.

Logo, a principal dificuldade do indivíduo é planejar adequadamente suas ações de longo prazo; é preciso poupar por conta própria para a aposentadoria, não mais provida integralmente pelo Estado. Também é necessário reavaliar as decisões sobre a compra de sua casa própria, e dos bens duráveis, bem como entender as novas modalidades de crédito e dominar a tecnologia disponível para a realização das transações financeiras básicas.

O governo, incapaz de poupar e realizar os investimentos propulsores do crescimento procurou, nos últimos anos, ampliar a oferta de crédito, para incentivar o consumo de bens e serviços e, assim, aumentar a produção. No entanto, o consumo das famílias não consegue sozinho, estimular os investimentos, que geram empregos e elevação da renda. Para agravar esse quadro, a população, despreparada para dimensionar o volume de comprometimento do seu orçamento,

avança com ímpeto ao crédito fácil e, endividada, busca caminhos para restaurar o seu equilíbrio. O crescimento desorientado do crédito produz a inadimplência. A partir daí, os empréstimos são interrompidos e a economia reduz a sua atividade. Como consequência dessas ações, surge um círculo vicioso de expansão e retração do crescimento.

É evidente que, no Brasil, as autoridades não exercem a função de capacitar a população adequadamente para a tomada de decisões no âmbito financeiro. Organizações privadas, como a Bovespa, e algumas empresas e bancos desenvolvem práticas para minorar essa lacuna e orientar os clientes e usuários dos seus produtos. No entanto, tais ações meritórias são insuficientes para alterar a situação vigente da população, com os produtos destinados às pessoas físicas em franca expansão.

Além disso, Savoia; Saito; Santana (2008) ressaltam que a participação de investidores que utilizam a internet para realizar negócios na Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) vem crescendo nos últimos anos. Em fevereiro de 2007, o volume de transações por meio do homebroker atingiu novos recordes, alcançando, na média diária, R\$ 508,9 milhões, que correspondem a um número 11,5% maior do que o registrado em janeiro deste ano.

A educação financeira é fundamental na sociedade brasileira contemporânea, visto que influencia diretamente as decisões econômicas dos indivíduos e das famílias. Desse modo, torna-se extremamente necessário ampliar a visão sobre o assunto e discutir os paradigmas que surgem da inserção da educação financeira no contexto político.

2.4 Cultura Financeira Brasileira

Paralelamente à falta de conhecimento e de disciplina financeira, tem-se a percepção de que muitos brasileiros cultivam a prática financeira de curto prazo e voltada ao consumo. Sousa; Torralvo (2008), segundo uma fonte citada por eles em sua obra com dados que constam da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), levantamento realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) entre os anos de 2002 e 2003 no Brasil, afirmam que mais de 82% do orçamento

médio de uma família brasileira destina-se a despesas de consumo. Esse patamar supera 90% do orçamento para famílias com rendimento mensal de até R\$ 1,2 mil (rendimento em que se enquadram 58,5% das famílias brasileiras) e se mantém acima de 70% mesmo entre as famílias mais ricas.

Essa mesma pesquisa revela ainda outros números que apontam para a tendência consumista da sociedade brasileira: enquanto uma família destina pouco mais de 3% do orçamento familiar mensal para gastos com educação, são destinados mensalmente, em média, 10,59% do rendimento familiar a gastos com automóvel, incluindo despesas com combustíveis, manutenção e aquisição de veículos próprios.

O caráter consumista brasileiro é acompanhado por uma visão de curto prazo, que também pode ser considerada como componente cultural. Nesse sentido, uma família brasileira destina, em média, 0,29% do seu orçamento familiar mensal para contribuir com um plano de previdência privada. Esse patamar não supera 0,10% para famílias com rendimento mensal de até R\$ 2 mil (patamar de rendimento que engloba mais de 75% das famílias brasileiras) e atinge pouco mais de 0,50% quando são analisadas famílias com rendimentos mensais superiores a R\$ 6 mil, cerca de 5% do total das famílias brasileiras.

Para se ter uma idéia de como o brasileiro parece não se preocupar muito com planos de previdência privada, basta confrontar o patamar médio de 0,29% do orçamento familiar mensal destinado a contribuições para planos de previdência privada com o de 0,57% de gastos para aquisição de cigarros e o de 0,52% destinado a despesas com cabeleireiro.

Quando o assunto é investimento, nota-se um comportamento bastante conservador. As opções mais procuradas pelos investidores ainda são caderneta de poupança, que possuía total de depósitos de cerca de R\$ 188 bilhões ao final de 2006, e fundos de investimento de baixo risco (Referenciados DI, Curto Prazo e Renda Fixa), com cerca de 60% dos depósitos totais da indústria de fundos de investimento no Brasil (Sousa e Torralvo (2008), de acordo com dados do Banco Central do Brasil e da Associação Nacional dos Bancos de Investimento).

Tabela 2 - Participação do patrimônio da categoria de fundos com relação ao total da indústria de fundos brasileira, ao final de 2006.

Tipo de fundo de investimento	Participação no total (%)
Curto Prazo	2,6
Ações	8,8
Renda Fixa	35,1
Referenciado DI	18,4
Câmbio	0,1
Multimercados	22,9
Previdência	8,2
Privatização	1,6
Fundo de Investimento de Direitos Creditórios (FIDC)	2,0
Dívida Externa	0,3

Fonte: Associação Nacional dos Bancos de Investimento (apud SOUSA; TORRALVO, 2008).

Além disso, cerca de 20% dos depósitos em fundos estão direcionados a investimentos que buscam acompanhar a variação dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), também considerados bastante conservadores e de baixo risco.

Em síntese, notam-se no Brasil a presença de uma cultura financeira voltada principalmente ao consumo e uma visão de curto prazo, com baixa proporção dos brasileiros preocupados em formar uma poupança, seja para satisfação de desejos futuros de consumo, seja para constituir a estabilidade advinda de um plano de previdência. Da mesma maneira, na hora de investir, o brasileiro se mostra conservador e avesso a riscos.

Por um lado, essa dinâmica caracterizada por elevada propensão ao consumo, por uma visão predominantemente de curto prazo e por investimento em opções mais conservadoras pode ser atribuída, em parte, às freqüentes instabilidades político-econômicas na história até mesmo recente no Brasil: o elevado nível de inflação, quando era preferível consumir a poupar, e também diversos governantes com linhas ideológicas distintas refletindo no aumento das instabilidades e da insegurança institucional no Brasil.

Por outro lado, a inflação já está sob controle e o Brasil vive um regime democrático. Apesar de esses fatos pertencerem à história recente do Brasil, ainda

não é tempo suficiente para mudar a dinâmica financeira do país, algo provável de ocorrer com mais tempo e com maior educação financeira para que a população possa tirar maior proveito da estabilidade político-econômica e, ao administrar melhor as finanças pessoais, obter maior satisfação pessoal e melhor qualidade de vida.

2.5 Educação financeira na prática

Segundo Savoia; Saito; Santana (2008), em seu artigo: *Paradigmas da Educação Financeira no Brasil*, a literatura internacional aponta importantes aspectos sobre a evolução, os objetivos, as abordagens, os riscos e os resultados dos programas de educação financeira. A seguir são descritas essas considerações. O artigo traz citações de alguns autores sobre a educação financeira na prática, como pode ser visto a seguir.

Dolvin; Templeton (2006 apud SAVOIA; SAITO; SANTANA, 2008) apontam a disseminação de programas de educação financeira, na última década, direcionados às comunidades e aos funcionários de empresas.

Bernheim; Garrett (2003 apud SAVOIA; SAITO; SANTANA, 2008) apresentam evidências de que a inclusão de programas de educação financeira nas empresas norte-americanas, a partir da década de 1980, vem estimulando o aumento da adesão aos planos previdenciários, como os 401 (k)s. Além de expandir esses programas em outras organizações, esse resultado contribui para campanhas em defesa da formação de poupança previdenciária, com base no conhecimento financeiro.

Manson; Wilson (2000 apud DOLVIN; TEMPLETON, 2006) (apud SAVOIA; SAITO; SANTANA, 2008) defendem que os programas de educação financeira estimulam o desenvolvimento de conhecimento, aptidão e habilidades, formando indivíduos críticos, informados sobre os serviços financeiros disponíveis e preparados para administrar as suas finanças de maneira eficaz. Como recomendações para futuros desenvolvimentos, o estudo realizado por Volpe; Chen; Liu (2006 apud SAVOIA; SAITO; SANTANA, 2008) demonstra que os programas educacionais deverão focar as principais áreas de finanças pessoais, em que os

indivíduos têm conhecimento inadequado, incluindo planos de aposentadoria e conceitos básicos de investimentos.

Serão apresentadas duas abordagens para classificação dos programas de educação financeira. Na primeira delas, os programas são organizados de acordo com o interesse pessoal versus profissional. Na segunda, são divididos segundo o critério de finalidade.

Worthington (2006 apud SAVOIA; SAITO; SANTANA, 2008) afirma que o conhecimento financeiro pode ser enquadrado em duas vertentes: pessoal e profissional. Do ponto de vista pessoal, é atrelado à compreensão da economia e de como as decisões das famílias são afetadas pelas circunstâncias econômicas. Inclui ainda tópicos da gestão de recursos, tais como: orçamento, poupança, investimento e seguro. No âmbito profissional, o conhecimento financeiro é vinculado à compreensão de relatórios financeiros, fluxos de caixa e mecanismos de governança corporativa das empresas.

Todd (2002), Braunstein; Welch (2002 apud SAVOIA; SAITO; SANTANA, 2008) dividem os programas de educação financeira em três grupos: aquele focado nas finanças pessoais, em assuntos como orçamento, poupança e crédito; outro que oferece treinamento específico para poupança previdenciária e é promovido por empresas; e, finalmente, o relacionado à compra de imóveis.

Fox, Bartholomae e Lee (2005 apud SAVOIA; SAITO; SANTANA, 2008) ressaltam que a ignorância financeira cria vieses potenciais de comportamento, exibidos pelos investidores incultos. Bernheim (1998) conclui que a maior parte dos norte-americanos apresenta lacunas de formação para o gerenciamento de suas finanças pessoais, e suas escolhas em termos de aposentadoria são reflexos dessa deficiência.

Clark et al. (2006 apud SAVOIA; SAITO; SANTANA, 2008) reforçam tal argumento, lembrando que os indivíduos serão cada vez mais responsáveis pela sua renda na aposentadoria e, para que isso ocorra adequadamente, é necessário um certo nível de conhecimento financeiro, de forma a dimensionar os impactos das decisões tomadas. A falta de conhecimento financeiro pode provocar: o adiamento da formação da poupança previdenciária; a incapacidade de tomar decisões corretas de investimento, consumo e poupança; e o aumento da insegurança em relação ao risco e ao retorno dos produtos de investimento.

Mandell (2005 apud SAVOIA; SAITO; SANTANA, 2008) destaca que a inserção dos programas de educação financeira no sistema de ensino ocasionou a ampliação da propensão de poupar nos estudantes norte-americanos. Já Braunstein; Welch (2002 apud SAVOIA; SAITO; SANTANA, 2008), embora questionem a qualidade e a eficácia desses programas, não descartam a sua relevância para o bem-estar financeiro dos indivíduos.

No próximo item, Savoia; Saito; Santana (2008), aborda o tema de educação financeira no âmbito internacional.

2.5.1 Educação financeira internacional

Sobre educação financeira internacional, Savoia; Saito; Petroni (2008), cita outros autores que tratam do tema. Eles iniciam falando que as pesquisas sobre educação financeira estão concentradas, majoritariamente, nos Estados Unidos e Reino Unido, sendo focalizadas nos ensinos médio e universitário. Apesar do envelhecimento da população adulta, pouca atenção vem sendo dada para a capacitação desse grupo. Além disso, grande parte da literatura é voltada para as descrições estatísticas que relacionam dados demográficos, socioeconômicos e financeiros com as iniciativas de educação financeira (Worthington 2006 apud SAVOIA; SAITO; PETRONI 2008).

Segundo Holzmann; Miralles (2005 apud SAVOIA; SAITO; PETRONI, 2008), o processo de educação financeira, aparentemente, está mais desenvolvido nos Estados Unidos, Reino Unido, Canadá, Austrália e Nova Zelândia, bem como em alguns países da América Latina e da Europa Central e Oriental, que reformularam o seu sistema previdenciário.

Esses países perceberam a importância do tema e, por conta disso, vêm desenvolvendo uma grande variedade de programas. Para tal, utilizam ferramentas de treinamento – como sites, panfletos e brochuras –, além de se valerem de campanhas na mídia, para esclarecer os indivíduos de assuntos como crédito, seguro, investimento e poupança previdenciária.

No entanto, Lusardi e Mitchell (2007 apud SAVOIA; SAITO; PETRONI, 2008) constataram que, nesses mesmos países, os indivíduos apresentam dificuldades

para a elaboração de seu planejamento financeiro, o que implica dificuldades para a fase da aposentadoria e no processo de acumulação de riqueza. Assim, há uma demanda pela educação financeira suprida por iniciativas da esfera privada e de organismos não-governamentais, segundo esses mesmos autores.

Assim, reconhecendo a necessidade de se desenvolver a poupança previdenciária e melhorar o entendimento dos indivíduos sobre os produtos financeiros, a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) criou o Financial Education Project para estudar a educação financeira e propor programas aos seus países-membros (ORGANIZAÇÃO PARA COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, 2004 apud SAVOIA; SAITO; PETRONI, 2008).

O programa foi estabelecido em 2003, com a finalidade de analisar a efetividade das iniciativas existentes nos países, desenvolver técnicas que permitam a comparação dos programas, de modo a prover um conjunto de recomendações de melhores práticas para a sua implantação (SMITH, 2005 apud SAVOIA; SAITO; PETRONI, 2008). De acordo com a OCDE, foi publicado um relatório em novembro de 2005 – *Improving financial literacy: analysis of issues and policies* –, apresentando os resultados obtidos. Observou-se que os países pesquisados estão adotando políticas para instruir a população quanto aos conceitos de crédito, de investimentos e de instrumentos de seguro e demonstram preocupação com a população jovem. Entretanto, ainda há obstáculos para o êxito desses programas, em geral, por conta do orçamento necessário para a sua implantação, e da reduzida compreensão da população sobre os benefícios oriundos da educação financeira.

Nos Estados Unidos, percebeu-se uma grande quantidade de sites e instituições envolvidas no processo de educação financeira e, segundo Bernheim; Garrett; Maki (1997 apud SAVOIA; SAITO; PETRONI, 2008), no país, 29 estados – do total de 50 estados e um distrito – entre 1957 e 1985, tornaram a educação financeira obrigatória nas escolas secundárias, com o objetivo de preparar os jovens para a vida adulta. Percebe-se, portanto, a inclusão da educação financeira no sistema de ensino nos Estados Unidos e, também, o envolvimento das instituições governamentais, financeiras e de organizações do terceiro setor.

O Federal Reserve (FED) é o Banco Central norte-americano – composto por sete membros do Board of Governors e 12 do Reserve Banks, das principais cidades – criado em dezembro de 1913. De acordo com Fox; Hoffmann; Welch (2004 apud SAVOIA; SAITO; PETRONI, 2008), o Fed vem atuando, de forma ativa,

no levantamento de dados sobre a efetividade dos programas de educação financeira, que englobam atividades direcionadas aos trabalhadores, aos estudantes e à população como um todo.

Conforme Worthington (2006 apud SAVOIA; SAITO; PETRONI, 2008), o Fed criou o Jump Coalition for Personal Financial Literacy que, a cada dois anos, avalia o nível de conhecimento financeiro dos estudantes do ensino médio, colaborando na proliferação de leis estaduais que instituem a inserção da educação financeira nas grades curriculares.

O site do Board of Governors contém conceitos referentes à economia e aos serviços bancários, bem como links de outras entidades relacionadas à educação financeira (FEDERAL RESERVE EDUCATION, 2006 apud SAVOIA; SAITO; PETRONI, 2008). Por meio dos seus programas, o Board of Governors promove eventos, organiza publicações acadêmicas e orienta os indivíduos quanto aos seus direitos (FOX; HOFFMANN; WELCH, 2004 apud SAVOIA; SAITO; PETRONI, 2008).

O Federal Reserve Bank of Chicago oferece recursos online para pesquisadores, educadores e elaboradores de programas de educação financeira. Já o Federal Reserve Bank of San Francisco possui o Guide to financial literacy resources, que apresenta conceitos básicos de educação financeira e dados úteis para os consumidores. Entre seus projetos, vale destacar os workshops que realiza e a assistência disponibilizada aos pequenos negócios (Fox; Hoffmann; Welch, 2004 apud SAVOIA; SAITO; PETRONI, 2008). O Federal Reserve Bank of Philadelphia disponibiliza um conjunto de informações sobre os materiais disponíveis e instituições que atuam no processo de educação financeira.

Ainda na esfera governamental, o senado norte-americano vem realizando audiências sobre o assunto, e o Tesouro Nacional fundou o Office of Financial Education, que foca o desenvolvimento da competência financeira (WORTHINGTON, 2006 apud SAVOIA; SAITO; PETRONI, 2008).

Em instituições financeiras como Bank of America, Citibank e Chase, o interesse pelo assunto vem crescendo. Em 2003, por exemplo, cerca de 98% dos bancos norte-americanos financiaram projetos de educação financeira e 72% desenvolveram os seus próprios programas, com o intuito de capacitar os jovens, evitando que eles tenham problemas de ordem financeira (WORTHINGTON, 2006 apud SAVOIA; SAITO; PETRONI, 2008).

A National Endowment for Financial Education (NEFE) é um exemplo de entidade sem fins lucrativos cuja finalidade é auxiliar a população na aquisição de informações e no desenvolvimento de competências para a gestão das suas finanças pessoais.

No Reino Unido, as principais instituições envolvidas no processo de capacitação financeira são o UK government education departments, o Financial Services Authority (FSA), o Basic Skills Agency (BSA), o Department for Work and Pensions (DWP), o Tesouro Nacional, as instituições financeiras, os grupos comunitários e as escolas (ENGLAND; CHATTERJEE, 2005 apud SAVOIA; SAITO; PETRONI, 2008).

Nos países que formam o Reino Unido – Inglaterra, País de Gales, Escócia e Irlanda do Norte – a educação financeira é facultativa no currículo escolar desde 2001 e, portanto, não há nenhuma exigência legal para lecioná-la nas escolas. Na Inglaterra, por exemplo, a educação financeira não possui status de disciplina regular, sendo os seus conceitos transmitidos em cursos de matemática, educação moral e cívica, entre outros (ENGLAND; CHATTERJEE, 2005 apud SAVOIA; SAITO; PETRONI, 2008).

A Financial Services Authority (FSA) é uma organização não-governamental que atua na proteção dos consumidores, no combate aos crimes financeiros e na divulgação dos conceitos ligados ao funcionamento do sistema financeiro. Vem atuando no sentido de promover a expansão da educação financeira, por meio de projetos que envolvem escolas, jovens, aposentadoria, empréstimos e recomendações financeiras (ENGLAND; CHATTERJEE, 2005 apud SAVOIA; SAITO; PETRONI, 2008).

Em 2003, a FSA reuniu líderes industriais e defensores dos direitos dos consumidores para discutir estratégias de educação financeira, recomendações e informações gerais que permitissem a identificação de lacunas a serem supridas na capacitação financeira dos indivíduos (WORTHINGTON, 2006 apud SAVOIA; SAITO; PETRONI, 2008).

Fundada em 2000, a Basic Skills Agency (BSA) é focada no fomento de programas direcionados à melhoria das técnicas de ensino e de aprendizagem dos adultos (ENGLAND; CHATTERJEE, 2005 apud SAVOIA; SAITO; PETRONI, 2008).

O Department for Work and Pensions (DWP) concentra seus esforços no desenvolvimento de políticas de educação financeira voltadas para as instituições de

ensino e para os indivíduos à margem desse sistema, de modo a ampliar as aptidões da população, no que tange à interpretação de informações e recomendações de natureza financeira (ENGLAND; CHATTERJEE, 2005 apud SAVOIA; SAITO; PETRONI, 2008).

Empresas do setor financeiro, como o Royal Bank of Scotland (RBS), NatWest, Barclays e Lloyds TSB, e entidades comunitárias, como os Services Against Financial Exclusion (SAFE) e o Pre-Retirement Association atuam no fortalecimento da educação financeira no Reino Unido (ENGLAND; CHATTERJEE, 2005 apud SAVOIA; SAITO; PETRONI, 2008).

Também são exemplos de instituições envolvidas com programas de educação financeira, o Personal Finance Education Group – que procura desenvolver competências nos educadores de finanças pessoais – e a Citizens Advice Bureaux que, juntamente com a Stewart Ivory Foundation, fomenta a educação financeira na comunidade em geral (WORTHINGTON, 2006 apud SAVOIA; SAITO; PETRONI, 2008).

Holzmann; Miralles (2005 apud SAVOIA; SAITO; PETRONI, 2008) mencionam o estágio da educação financeira em alguns países da OCDE – República Tcheca, Hungria, Polônia e Eslováquia – e em outros não-membros – Bulgária, Lituânia, Macedônia e Ucrânia. Em linhas gerais, observamos que há uma incipiência de conhecimento sobre o tema, a mídia é a maior envolvida no processo de capacitação financeira, e tanto os indivíduos quanto as instituições enfrentam dificuldades para se inserir na educação financeira.

Nas últimas décadas, vários fatores contribuíram para a criação de serviços financeiros na Austrália, exigindo maior capacitação financeira dos consumidores para a gestão efetiva do seu patrimônio. Em seu estudo, Worthington (2006) menciona que o nível de conhecimento financeiro é mais elevado entre pessoas de 50 a 60 anos, profissionais, empresários, donos de fazenda e indivíduos com formação universitária. Menor nível é observado nos desempregados, mulheres e aqueles que não falam inglês, com reduzido grau de educação.

Dentro do artigo "A educação financeira no Brasil sob a ótica da organização de cooperação e de desenvolvimento econômico (OCDE)", de Saito; Savoia; Petroni (2008), é feita uma abordagem em cima da OCDE e a educação financeira, incluindo sua definição, princípios e recomendações. É o que pode ser visto nos próximos itens, 2.4 e 2.5.

2.5.2 Educação financeira e a OCDE

A OCDE é um organismo criado em 1961, sucedendo a Organisation for European Economic Co-operation (OEEC), instituição fundada em 1948, para gerir a implementação do Plano Marshall de reconstrução da Europa, após a Segunda Guerra Mundial. É, atualmente, formada por 30 países, como os Estados Unidos, Reino Unido, Canadá, Nova Zelândia e Austrália, preocupando-se com o aperfeiçoamento das práticas do setor público e privado, ao buscar o fortalecimento das instituições democráticas, da economia de mercado, e da economia globalizada, produzindo estudos, publicações e recomendações para os países (ORGANIZAÇÃO PARA COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, 2008 apud SAVOIA; SAITO; PETRONI, 2008).

Embora o Brasil não seja membro da OCDE, participa de comitês e grupos de trabalho, sob a coordenação do Itamaraty (Ministério das Relações Exteriores, 1999).

Percebendo a necessidade de haver o desenvolvimento da poupança previdenciária e do melhor entendimento dos indivíduos sobre os produtos financeiros, pelo menos dos princípios básicos, a OCDE criou o Financial Education Project para estudar a Educação Financeira e propor programas de Educação Financeira nos países membros e em alguns não membros (ORGANIZAÇÃO PARA COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, 2008 apud SAVOIA; SAITO; PETRONI, 2008).

O Financial Education Project foi estabelecido em 2003 (SMITH, 2005 apud SAVOIA; SAITO; PETRONI, 2008), para estudar programas existentes nos membros da OCDE, e em alguns países não pertencentes a esta organização, com a finalidade de analisar a sua efetividade nos países estudados, desenvolver técnicas que permitam a comparação dos programas existentes entre os países, de modo a prover um conjunto de recomendações sobre as melhores práticas para a sua implantação e um relatório, que foi publicado em novembro de 2005, sob o título *Improving Financial Literacy: Analysis of Issues and Policies*, com os resultados obtidos. Para exemplificá-los, pode ser destacado o fato dos países pesquisados estarem adotando políticas para instruir melhor a população quanto aos conceitos de crédito, de investimentos e de instrumentos de seguro, além de demonstrarem

preocupação com a população jovem. No entanto, observou-se que há obstáculos para o êxito dos programas de Educação Financeira, em geral, em consequência do orçamento demandado para a sua implantação, e da reduzida compreensão da população sobre os benefícios oriundos da Educação Financeira. Na segunda fase do Financial Education Project, está previsto um estudo, em profundidade, do assunto, objetivando-se obter insights importantes para os responsáveis pelas políticas públicas e, segundo Smith (2005 apud SAVOIA; SAITO; PETRONI, 2008), os próximos passos da OCDE envolvem, inclusive, a elaboração de uma publicação para a inserção da Educação Financeira nas escolas.

2.5.3 Definição, princípios e recomendações da educação financeira.

De acordo com a ORGANIZAÇÃO PARA COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (2008 apud SAVOIA; SAITO; PETRONI, 2008), a Educação Financeira pode ser definida como o processo em que os indivíduos melhoram a sua compreensão sobre os produtos financeiros, seus conceitos e riscos, de maneira que, com informação e recomendação claras, possam desenvolver as habilidades e a confiança necessárias para tomarem decisões fundamentadas e com segurança, melhorando o seu bem-estar financeiro. Desta forma, a Educação Financeira extrapola o simples oferecimento de informações financeiras e de conselhos, sendo que estas atividades devem ser regulamentadas, em específico, no que refere à proteção dos clientes.

Holzmann e Miralles (2005 apud SAVOIA; SAITO; PETRONI, 2008) mencionam que os participantes no processo de Educação Financeira são as escolas, as empresas, o Governo, as instituições financeiras, e outros, como as organizações não-governamentais.

Atualmente se faz necessário a inclusão da disciplina "Educação Financeira" nas escolas visto que grande parte da população brasileira não possui uma mentalidade adequada e saudável para administrar sua renda. Alguns dados apresentados no artigo de Boriola (2008), que serão mostrados abaixo corroboram esta afirmação.

Em 13 de dezembro de 2004, mais 2.904.313 registros de inadimplência somaram-se aos quase 140 milhões já existentes na base de dados do SPC Brasil no mês passado.
No acumulado do ano, 22.196.870 nomes foram incluídos no sistema, enquanto 17.428.880 foram excluídos, recuperando o crédito.
No mês de Novembro/2004, 2,5 milhões de registros foram retirados do cadastro e esses consumidores foram reabilitados para comprar a prazo.
Houve 16.524.825 acessos de comerciantes à base do SPC Rio, no momento da venda, para verificar se o consumidor tem crédito no mercado para comprar a prazo.
Mais 2.904.313 registros de inadimplência somaram-se aos quase 140 milhões já existentes na base de dados do SPC Brasil no mês passado.
Mais de 80% de CPF's (Cadastro de Pessoa Física) estão com restrições junto a SCPC (Serviço Central de Proteção ao Crédito), e demais órgãos relacionados. Este índice nos mostra o quanto nossa população está mal preparada para lidar com suas finanças.

Quadro 1 – Dados de inclusão de pessoas em serviços de proteção ao crédito.

Fonte: Jornal o Dia - RJ - Publicado na Edição impressa de 13/12/2004 (apud BORIOLA, 2008)

Outro dado ressalta a importância da inclusão da educação financeira nas escolas. O IBGE em 2004 calculou que 42 milhões de famílias de todo o país sofrem de endividamento crônico.

2.6 Problemas decorrentes da falta de Educação Financeira

Pessoas não instruídas financeiramente ou que simplesmente não se interessam pelo tema podem ter problemas para administrar seus próprios recursos. No Brasil, são mais comuns situações em que se prefere pagar a parcela mínima do cartão para não sacar recursos da poupança.

Segundo os autores Sousa; Torralvo (2008), apesar de simples, essa é uma situação corriqueira onde se podem perceber nitidamente os inconvenientes decorrentes da falta de educação financeira. Embora seja de amplo domínio de

quem trabalha com cartão de crédito e tem alguma aplicação financeira, o investimento em caderneta de poupança é um dos menos rentáveis, se não o menos, entre as demais opções com risco semelhante. Por sua vez, pagar a parcela mínima do cartão de crédito também é um péssimo negócio, já que as taxas de juros do chamado crédito rotativo, que são incorridas quando não se paga o valor total da fatura, estão entre as mais elevadas do mercado.

Dessa forma, consumidores que optam por uma decisão como essa, demonstram que não estão bem instruídos financeiramente, pois investem seu dinheiro em uma aplicação que remunera o capital a uma das menores taxas de juros do mercado (a caderneta de poupança) e tomam dinheiro emprestado, mesmo não sendo necessário, à taxa de juros mais elevada entre as possíveis linhas de empréstimo.

O problema não se restringe somente a um dispêndio maior e desnecessário de dinheiro. Frequentemente, problemas decorrentes da falta de discernimento financeiro acabam extrapolando esses limites e influenciando negativamente outras esferas da vida social. Comportamentos mais agressivos e até mais pessimistas podem estar associados a problemas financeiros: quem deve no cartão de crédito ou a um banco nem sempre encara situações familiares ou profissionais da mesma maneira que uma pessoa sem dívidas e que tenha acabado de comprar um pacote de viagem após ter esforçado para economizar dinheiro e atingir esse objetivo sem precisar endividar-se.

A falta de dinheiro pode também prejudicar relações amorosas, profissionais ou de amizades. Possuir dívidas tende a levar os devedores a privações que podem resultar em contrariedades, brigas e discussões, até mesmo envolvendo entes queridos, como cônjuges, familiares e amigos.

A falta de conhecimento básico de finanças também pode levar a decisões cujo resultado pode ser o dispêndio de mais dinheiro. Na medida em que o consumo tende a aumentar com a elevação da renda, quanto mais se ganha, mais se gasta.

2.7 Educação financeira no Brasil.

No caso brasileiro, não foram encontrados trabalhos que consolidam as informações sobre educação financeira.

Contudo, foi realizado um levantamento das principais ações desenvolvidas pelos órgãos governamentais, instituições financeiras e de ensino, associações e mídia, no que tange ao processo de educação financeira. Não se pretende, com esses dados, esgotar o assunto, mas sim ilustrar a sua evolução no país. Vale ressaltar, ainda, que tais ações são insuficientes para atender a demanda por esses conhecimentos.

Não há obrigatoriedade da educação financeira no sistema de ensino. O MEC preconiza a contextualização do ensino, que pressupõe um processo de aprendizagem apoiado no desenvolvimento de competências para inserção dos estudantes na vida adulta, mediante a multidisciplinaridade, o incentivo do raciocínio e da capacidade de aprender.

No ensino de matemática, recomenda-se estimular: a capacidade de leitura e interpretação de textos com conteúdo econômico; a habilidade de análise e julgamento dos cálculos de juros nas vendas a prazo; a compreensão do relacionamento entre a matemática e os demais campos de conhecimento, como a economia; a utilização desta para promover ações de defesa dos direitos do consumidor.

Tais orientações são oriundas da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (nº 9.384/96), mas não demonstram uma preocupação explícita do MEC com a inserção da educação financeira no ensino.

O MEC, em conjunto com o Ministério da Fazenda, a Secretaria da Receita Federal, a Secretaria do Tesouro Nacional, e as secretarias da Fazenda e de Educação dos estados, vem implementando o Programa Nacional de Educação Fiscal, com o objetivo de capacitar os indivíduos no âmbito fiscal. Por meio da Escola de Administração Fazendária (Esaf) são oferecidos cursos online e materiais sobre o assunto (ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA, 2006 apud SAVOIA; SAITO; SANTANA, 2008).

O Bacen possui o Programa de Educação Financeira (PEF), responsável pela orientação da sociedade a respeito de assuntos econômicos, contribuindo para um melhor entendimento dos aspectos financeiros e da responsabilidade no planejamento das finanças pessoais. São exemplos de ações implementadas (BANCO CENTRAL, 2006 apud SAVOIA; SAITO; SANTANA, 2008):

- A) Projeto Museu-Escola, que envolve visitas monitoradas ao museu do Bacen;
- B) Projeto o Museu Vai à Escola, que é uma extensão do Projeto Museu-Escola, levando palestras e exposições às escolas do Distrito Federal e de regiões próximas;
- C) Projeto BC e Universidade, composto por palestras mensais, ministradas por servidores do Bacen e direcionadas aos estudantes universitários, esclarecendo sua atuação e suas funções.

No entanto, percebe-se que tais ações empreendidas pelo Bacen não atingem, de forma ampla, o público adulto, que é o principal usuário dos serviços financeiros. Além disso, identifica-se uma lacuna na atuação desse órgão, evidenciada pela inexistência de uma regulamentação que exija o fomento da educação financeira por parte de bancos e outras instituições.

A Comissões de Valores Mobiliários (CVM) promove palestras e disponibiliza cartilhas gratuitas de educação ao investidor, além de esclarecer dúvidas dos indivíduos quanto a investimentos (COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS, 2006 apud SAVOIA; SAITO; SANTANA, 2008).

A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) possui o programa educacional Bovespa, criado em 1989, para atender aos interessados que desejam conhecer a bolsa e o funcionamento do mercado acionário. Suas iniciativas buscam evidenciar a importância das bolsas de valores para a economia do país, transmitir conceitos econômicos básicos, estimular hábitos de poupança, entre outras.

Além disso, promove visitas monitoradas à Bolsa; realiza palestras e orientações à população, por meio dos projetos Educar e Bovespa Vai até Você; realiza concursos estudantis; apóia concursos de simulação de investimentos em conjunto com o jornal Folha de S. Paulo; e desenvolve parcerias com instituições de ensino para distribuição de materiais (BOLSA DE VALORES DE SÃO PAULO, 2006 apud SAVOIA; SAITO; SANTANA, 2008).

A Federação Brasileira de Bancos (Febraban) oferece informações sobre o uso de produtos financeiros, como cartão, caixa automático, segurança e relacionamento com bancos (FEDERAÇÃO BRASILEIRA DOS BANCOS, 2006 apud SAVOIA; SAITO; SANTANA, 2008).

O Serasa desenvolveu o Guia Serasa de orientação ao cidadão, que auxilia na gestão dos recursos financeiros e pode ser encontrado em seu site (Serasa, 2006).

A Associação Nacional dos Bancos de Investimento (Anbid) difunde conceitos sobre investimento pessoal, estimulando a formação do investidor no Brasil, e incentiva a produção de estudos acadêmicos sobre o mercado de capitais brasileiro. No seu portal <www.comoinvestir.com.br>, disponibiliza serviços de e-learning e oferece informações educativas sobre alternativas de investimentos, como: fundos, ações, debêntures, CDB, títulos públicos. Também promove cursos e atua na certificação de profissionais que têm contato com os clientes, ao comercializarem produtos de investimento (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS BANCOS DE INVESTIMENTO, 2006 apud SAVOIA; SAITO; SANTANA, 2008).

Poucas instituições financeiras possuem programas de educação financeira para o público. Como exemplo, pode-se citar o Banco Itaú, que disponibiliza o Guia do crédito consciente, orientando os indivíduos no uso apropriado de empréstimos e financiamentos e disponibilizando conceitos para a elaboração de um orçamento familiar (BANCO ITAÚ, 2006 apud SAVOIA; SAITO; SANTANA, 2008).

No Brasil, o papel exercido pela mídia – jornais, revistas, televisão, rádio e internet – é muito relevante, pela amplitude de seu alcance e pela facilidade de assimilação do conteúdo difundido.

Outra forma de divulgação se dá pela realização de eventos. O Expomoney, por exemplo, oferece palestras gratuitas em São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, abordando assuntos, como: planejamento financeiro, previdência, fundos de investimento, ações, economia doméstica, entre outros (Expomoney, 2006).

Demais associações

Podem ser citadas: a Associação Brasileira de Empresas de Cartões de Crédito e Serviços (Abecs), que oferece recomendações por meio do Manual do portador de cartão (ABECS, 2006 apud SAVOIA; SAITO; SANTANA, 2008); e a Associação Nacional da Previdência Privada (Anapp), que disponibiliza informações relativas aos produtos de previdência (ANAPP, 2006 apud SAVOIA; SAITO; SANTANA, 2008).

2.8 Dificuldades na Administração de Finanças Pessoais

Devido às facilidades trazidas pela era do dinheiro eletrônico e o desejo muitas vezes presente da antecipação do consumo, pode-se afirmar que situações em que há uma necessidade de dinheiro, porém não se tem uma fonte para utilizar, fazem parte da vida de muitos.

Sousa; Torralvo (2008, p.51) citam em sua obra dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que afirmam que grande parte da população brasileira tem dificuldade para chegar ao final do mês com seu rendimento. Esses dados constam na Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), realizada entre os anos de 2002 e 2003, conforme a tabela abaixo:

Tabela 3 - Dificuldade de chegar ao final do mês com o rendimento auferido.

Rendimento mensal/ Grau de dificuldade	Muita Dificuldade	Dificuldade	Alguma Dificuldade	Total
Até R\$ 400	51,52%	25,99%	17,95%	95,06%
Mais de R\$ 400 a 600	39,62%	26,17%	27,88%	93,67%
Mais de R\$ 600 a 1 mil	29,07%	26,81%	35,42%	91,30%
Mais de R\$ 1 mil a 1,2 mil	22,91%	25,62%	38,47%	87,00%
Mais de R\$ 1,2 mil a 1,6 mil	18,27%	25,18%	41,84%	85,29%
Mais de R\$ 1,6 mil a 2 mil	15,76%	24,27%	42,94%	82,97%
Mais de R\$ 2 mil a 3 mil	12,60%	19,69%	46,62%	78,91%
Mais de R\$ 3 mil a 4 mil	8,81%	19,90%	43,01%	71,72%
Mais de R\$ 4 mil a 6 mil	9,40%	14,82%	39,00%	63,22%
Mais de R\$ 6 mil	6,66%	11,05%	36,74%	54,45%

Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (2003, apud SOUSA; TORRALVO, 2008).

Segundo esses dados, pode-se constatar que mais da metade da população brasileira manifestou ter alguma dificuldade para chegar ao final do mês com o rendimento auferido no mesmo período, independentemente da classe econômica. E esse percentual sobe conforme decresce a renda mensal, chegando a níveis superiores a 95% para a população de mais baixa renda.

Há alguns indícios, além dos dados do IBGE citados anteriormente, de que existem pessoas no Brasil com problemas para gerenciar seus próprios recursos. Entre eles, pode-se citar elevados montantes concedidos por instituições financeiras e pessoas físicas por meio de linhas de crédito para cobrir descasamentos entre aportes e saques de recursos de conta corrente, com destaque para o cheque especial. Ou seja, é bastante significativo o total de recursos emprestados a correntistas que ficam com a conta devedora no banco.

Segundo dados do Banco Central do Brasil, o volume de concessões mensais de crédito pelo cheque especial respondia por mais de 38% do total de empréstimos do Sistema Financeiro Nacional em janeiro de 2007. Em outras palavras, consta-se que cerca de R\$ 45 bilhões em concessões de empréstimo para pessoa física em janeiro de 2007 registradas no Brasil, mais de R\$ 17 bilhões foram destinados à cobertura de contas correntes com saldo devedor (SOUSA; TORRALVO, 2008).

Além do problema de descasamento do fluxo de caixa (saída de recursos maiores que as entradas em determinados períodos do mês), a grande utilização do cheque especial, também reflete certa falta de atenção com as finanças pessoais. Isso porque as taxas de juros cobradas pela utilização de linhas de cheque especial estão entre as mais elevadas do mercado, levando a crer que muitos desconhecem ou não se empenham em pesquisar linhas alternativas de financiamento com taxas de juros menos elevadas.

A taxa média cobrada pela utilização do cheque especial registrou patamares superiores a 140% no ano entre janeiro de 2006 e janeiro de 2007, enquanto, no mesmo período, a taxa de juros cobrada para tomadores de recursos por crédito direto ao consumidor não superou 70% ao ano. No entanto, apenas cerca de 20% do volume total de empréstimos entre janeiro de 2006 e janeiro de 2007 foi concedido nessa linha de crédito mais barata.

Mais do que falta de conhecimento e atenção, essa comparação evidencia comodidade e/ou descaso com a administração das finanças pessoais. De fato, é mais cômodo entrar no cheque especial do que se dirigir a uma agência bancária, programar-se para reverter o saldo negativo e solicitar um empréstimo com taxa de juros mais moderada. Isso sem considerar que existem pessoas que se sentem constrangidas ao entrarem em agências bancárias para solicitar empréstimos. Porém, essa comodidade e esse constrangimento têm um preço relativamente alto.

Já com relação ao cartão de crédito, é notável que o surgimento do mesmo trouxe inúmeras vantagens a seus portadores, e o uso dessa modalidade de dinheiro de plástico cresce a cada ano a taxas bastante significativas. No entanto, da mesma maneira que com o cheque especial, a comodidade do uso do cartão de crédito embute um preço bastante elevado, e o descuido na utilização em pagamentos pode ser uma solução no curto prazo, porém é possível que esse comportamento traga dificuldades financeiras pessoais posteriores.

A taxa de juros do chamado crédito rotativo (incorrido quando a fatura do cartão não é paga integralmente) atinge patamares próximos de 200% ao ano, em média. Mesmo assim, cerca de 17% do volume total de concessão de crédito no Brasil foi destinado ao crédito rotativo do cartão de crédito.

A partir da análise desses dados, fica claro que uma parcela da população tem dificuldade para gerir seus próprios recursos, uma vez que o uso do cartão de crédito, como maneira de adiar o pagamento referente à compra de um produto ou à contratação de um serviço, pode estar relacionado a necessidades de recursos financeiros extras. E, novamente, ou por comodidade ou por falta de informação, fica evidente que nem sempre são procuradas alternativas mais viáveis para a tomada de recursos. No caso do cartão de crédito, essa comodidade pode sair ainda mais cara do que o cheque especial.

Assim como existe uma série de fatores capazes de impactar a tomada de decisão relativa ao destino do dinheiro, o grau de envolvimento com o processo de compra também influenciará a tomada de decisão por parte do consumidor e, consequentemente, a administração financeira pessoal.

2.9 O Poder de Compra e as Decisões de Consumo.

No decorrer deste item serão abordadas as vantagens de não se consumir no presente, uma parcela da renda ganha, reservando essa parcela na forma de poupança para ter assegurada maior satisfação futura em possibilidades de consumo de bens e serviços.

É possível realizar os sonhos próprios de uma sociedade de consumo, considerando que não será consumida uma parcela do que se ganha. Mas, para isso, essa fatia poupada da renda precisa trabalhar, sendo investida de modo a produzir resultados superiores à eventual perda do seu poder de compra. A expressão monetária da vantagem de ter poupado e investido pode ser representada, em um determinado período, pela diferença entre o valor que a poupança tenha rendido na forma de investimento, e o aumento dos preços, nesse mesmo período, dos bens e serviços possíveis de serem adquiridos no presente.

Falando em termos monetários, ganhar valor significa ter mais poder de compra de bens e serviços, no futuro, do que o poder de compra já disponível no presente. Esse poder de compra, com o passar do tempo, provém dos serviços prestados pelo dinheiro que não foi despendido em consumo no período em que foi ganho. E, ao ser poupado, não retornou ao processo produtivo em pagamento de bens ou serviços, mas financiou o processo produtivo diretamente, por empreendedores, ou indiretamente, por intermédio do sistema financeiro.

Ao retornar ao processo produtivo diretamente, os poupadores desejosos por se tomarem empreendedores montaram seus próprios negócios e passaram à condição de agentes do setor produtivo da economia. Ao retornar ao processo produtivo indiretamente, entra em cena o sistema financeiro, cujo papel principal é exercer a intermediação entre os agentes que têm excedentes de recursos financeiros – no caso, os poupadores – e os agentes que têm necessidade de obter esses recursos financeiros na forma de empréstimos ou de financiamentos para aquisição de ativos permanentes ou mesmo para sustentar o giro das suas operações – os tomadores.

É indispensável que o dinheiro se mantenha produtivo. Por isso não basta apenas ser poupado. É necessário que ele consiga ser remunerado em proporções superiores ao nível de inflação da economia.

Perder valor, entretanto, é a circunstância mais penosa para quem sacrifica o prazer de consumir no presente e descobre, no futuro, que está em condições de consumir uma porção inferior de bens ou serviços do que já tinha assegurado. Isso significa empobrecimento decorrente do processo inflacionário, em razão de aplicações financeiras inadequadas.

O mesmo raciocínio pode ser desenvolvido até mesmo na hipótese de um sistema sem inflação. Desta maneira, a eventual ociosidade de recursos poupados representa tão somente a postergação de uma satisfação não usufruída no presente.

Em suma, é necessário alertar as pessoas através dos fundamentos da matemática financeira. Se houver algum dinheiro para ser recebido, que seja o mais cedo possível, uma vez que quanto mais cedo o dinheiro estiver em mãos, mais tempo poderá trabalhar para o seu dono e mais valor terá no futuro em decorrência do quanto ele poderá produzir. O princípio é que qualquer importância em dinheiro recebida no presente vale mais do que a recebida no futuro.

No entanto, se houver algum dinheiro para ser desembolsado, o raciocínio deve ser o inverso: essa importância deverá ser despendida o mais tarde possível, já que quanto mais tempo ficar em mãos, mais esse dinheiro poderá trabalhar para o seu portador e mais valor poderá produzir. Portanto, quem quiser desenvolver o planejamento financeiro pessoal, deve ter a noção mais precisa possível do valor do dinheiro no tempo, isso pode significar a diferença entre obter vantagem líquida ou desvantagem líquida, com os atos de postergar o consumo de parcela da renda ganha ou de antecipar o consumo de renda ainda não ganhas, recorrendo a endividamento para satisfazer desejos presentes de consumo.

3 METODOLOGIA

O presente estudo tem como finalidade mostrar a importância da implantação de disciplinas econômico-financeira nas escolas, avaliando o grau de utilização e eficácia que esta abordagem pode proporcionar.

No tocante aos procedimentos metodológicos foi realizada uma pesquisa exploratória e descritiva. Os motivos da escolha advêm das características desses tipos de pesquisa. As pesquisas exploratórias são realizadas em áreas na qual a pouco conhecimento sistematizado e acumulado, por sua natureza de sondagem, não comporta hipóteses que, poderão surgir durante ou ao final da pesquisa (VERGARA, 2006). Já as pesquisas descritivas buscam descrever sistematicamente um fenômeno ou área de interesse, e essa descrição deve ser detalhada e objetiva. (RICHARDSON, 1999). A coleta de dados foi exclusivamente bibliográfica, que se caracteriza por ser desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos (GIL 1999).

Assim, metodologicamente esse trabalho caracteriza-se como sendo uma pesquisa exploratória e descritiva, e para atingirmos seu objetivo realizamos uma vasta revisão de literatura, utilizando artigos que se interessaram por essa temática, bem como livros e teses.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo do presente trabalho foi mostrar a importância de implantar a Educação Financeira nas escolas e que benefícios esta medida poderá trazer individual e coletivamente.

O trabalho iniciou-se com a contextualização e a importância da educação financeira. Prosseguiu com as definições e as experiências internacionais. Discorreu sobre o tratamento do assunto nos Estados Unidos, no Reino Unido e em outros países-membros da OCDE. Em seguida, apresentou as implicações do papel do governo brasileiro para o fomento da educação financeira e, finalmente, retratou as iniciativas existentes no país.

O advento da Educação Financeira em muitos países vem contribuindo de maneira esplendorosa para a conscientização e a formação educacional mundial. Já os brasileiros são ensinados e incentivados a ganhar muito dinheiro, entretanto, não têm a noção exata de como utilizá-lo.

O mundo de hoje convive com uma série de injustiças sociais, principalmente a exploração dos consumidores em um mercado capitalista selvagem no qual vivemos.

A implantação da disciplina no ensino fundamental visa exatamente dar aos brasileiros a noção de como gastar, poupar e investir seu dinheiro, não caindo nas armadilhas impostas pelo mercado, evitando assim, a exploração, fazendo inclusive com que a economia do país seja vista em destaque e como de primeiro mundo.

Os jovens encontram uma facilidade muito grande em adquirir cartões de crédito e talões de cheques. Muitos ainda não têm consciência da responsabilidade necessária para lidar com essas “facilidades”. Gastam mais do que podem, principalmente com objetos supérfluos. Muitas vezes tornam-se inadimplentes, iniciando uma verdadeira luta para regularizar essas dívidas. Cometem, na prática, erros que deveriam ter aprendido como evitar na escola.

Seguindo o raciocínio de que o homem é produto do meio, as crianças que convivem com pais ou pessoas que sempre estão com problemas financeiros, e que contraem empréstimos e financiamentos para solucioná-los, tendem a seguir o mesmo caminho. Mudando esse conceito errado dos jovens, é possível que no

futuro eles possam viver tranqüilamente e contribuir para a estabilização de economia no Brasil.

De acordo com Boriola (2008) atualmente o Brasil está passando por grandes mudanças em decorrência do processo de estabilização econômica, da inserção mundial da economia brasileira e dos impactos da globalização. O mercado financeiro nacional apresenta maior sofisticação e complexidade dos seus produtos financeiros. Diante disso, houve a expansão dos produtos de previdência complementar, a criação de diferentes tipos de fundos de investimento, a maior popularização do investimento em ações e o aumento do endividamento da população. Tais alterações vêm provocando transformações no comportamento dos indivíduos e de suas famílias, notadamente em suas decisões de consumo, de investimento e de captação de recursos, demandando novas competências para se embasar as decisões financeiras e maximizar o bem-estar econômico.

Assim, torna-se fundamental o encorajamento de ações e políticas que estimulem o desenvolvimento da educação financeira da população. Além disso, o papel a ser desempenhado pelas instituições governamentais, privadas ou do terceiro setor ganha relevância no empreendimento de iniciativas como: oferecer conceitos aos indivíduos para que possam amparar com maior fundamentação e segurança as suas decisões de consumo, de investimento e de financiamento; instruir sobre as ferramentas e as fontes de informação disponíveis para a melhor tomada de decisão; conscientizar os indivíduos da importância da educação financeira para o seu bem-estar econômico e social, ao permitir que se desenvolvam, preparem-se para a aposentadoria e possam contribuir para o futuro das novas gerações.

Boriola (2008) ressalta ainda que as ações que visem o desenvolvimento da educação financeira sigam alguns princípios geralmente empregados nos países desenvolvidos: ela deve ser promovida de uma forma justa e sem vieses, desenvolvendo as competências financeiras dos indivíduos, e precisa ser embasada em informações e instruções apropriadas, livres de interesses; a educação financeira deve começar na escola fundamental; os programas de educação financeira devem focar aspectos importantes do planejamento financeiro pessoal como a poupança e aposentadoria, o endividamento, a contratação de seguros e o financiamento da casa própria.

Ao se analisar o atual estágio da educação financeira no Brasil, observa-se que a abordagem do assunto ainda é incipiente em relação aos demais países desenvolvidos, como os Estados Unidos e o Reino Unido. Isso pode ser explicado pelo longo período de inflação no Brasil, que levou a uma preocupação maior com a preservação do poder aquisitivo do patrimônio em detrimento do planejamento de longo prazo. Contudo, com o processo de estabilização e de abertura econômica, o mercado financeiro nacional se modernizou, de modo que os indivíduos e as suas famílias passaram a demandar conhecimento e informação atualizada para tomarem as suas decisões financeiras.

Diante desse quadro, algumas ações podem ser sugeridas: incentivar a cultura de poupança na população e os conceitos de crédito e de economia nas escolas e nas universidades. Para que isso seja efetivo, deve-se envolver a ação de setores organizados, como as universidades e a mídia. Além disso, deve-se inserir a educação financeira nos programas de todos os níveis de ensino. No âmbito informal, promover a coordenação de esforços e monitoramento da qualidade dos programas, inclusive, quanto ao quesito de responsabilidade social e de respeito à cidadania dos indivíduos; inclusão da educação financeira no sistema de ensino oficial. Nas universidades, a educação financeira pode ser incluída nos programas de ensino para que a academia desenvolva esse tipo de conhecimento. Em seguida, é recomendável o envolvimento do corpo docente e discente na elaboração de programas que visem divulgar o conhecimento.

Ainda segundo Boriola (2008), há no Brasil uma situação preocupante, demandando urgência na inserção da educação financeira em todas as esferas, ainda mais em um país com desequilibrada distribuição de renda, onde representativa parte dos recursos produtivos é direcionada ao Estado, tornando imprescindível a excelência na gestão de recursos escassos por parte dos indivíduos e de suas famílias. Além de ser necessária uma coordenação maior de esforços e monitoramento das iniciativas do setor privado, o papel do setor público será de extrema importância para a propagação, fortalecimento e consolidação duradoura da educação financeira, sendo a participação das escolas e das Universidades de grande relevância para o seu êxito.

REFERÊNCIAS

BORIOLA, Cláudio. **Educação Financeira: Uma necessidade Urgente no nosso currículo escolar**. Disponível em:

<http://www.boriola.com.br/artigos2.asp?f_codigo=18>. Acesso em: 31 ago. 2008.

_____. **Projeto "Educação Financeira nas Escolas"**. Disponível em:

<<http://www.boriola.com.br>>. Acesso em: 28 jul. 2008.

_____. **Educação Financeira no Brasil: Falta encorajamento dos governantes**.

Disponível em: <http://www.boriola.com.br/artigos2.asp?f_codigo=198>. Acesso em: 28 jul. 2008.

D'AQUINO, Cássia. **E o que é a Educação Financeira?**, 2008. Disponível em:

<http://www.educfinanceira.com.br/conteudo.asp?inicio=SIM&id_area=3> Acesso em: 28 jul. 2008.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: Métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SAVOIA, Jose Roberto; SAITO, André; PETRONI, Liege Mariel. **A educação financeira no Brasil sob a ótica da Organização de Cooperação e de desenvolvimento Econômico (OCDE)**, 2008. Disponível em: <

<http://scholar.google.com.br/scholar?q=%22a+educa%C3%A7%C3%A3o+financeira+no+brasil+sob+a+%C3%B3tica+da%22&hl=pt-BR&lr=&lr=> > Acesso em: 16 ago. 2008.

SAVOIA, José Roberto; SAITO, André; SANTANA, Flávia de Angelis. **Paradigmas da Educação Financeira no Brasil**, 2008. Disponível em: < <http://www.scielo.br/cgi-bin/wxis.exe/fah/> > Acesso em: 16 ago. 2008.

SOUSA, Almir Ferreira de; TORRALVO, Caio Fragata. **Aprenda a Administrar o próprio dinheiro: Coloque em prática o planejamento financeiro pessoal e viva com mais liberdade**. São Paulo: Saraiva, 2008.

VERGARA, Sylvia Constant. Projetos e relatórios de pesquisa em administração.
5. ed. São Paulo: Atlas, 2006.